



DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – RMS

Alba da Cunha Alves*
Caroline Ramos do Carmo e Taís da Cunha Ferreira**

RESUMO: Neste trabalho, são apresentados os primeiros resultados de um estudo mais amplo que integra o projeto “Observatório do mercado de trabalho” e busca conhecer como evoluíram as desigualdades de gênero na RMS, na última década. Com base em indicadores construídos com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, de 2002, é traçado um panorama destas desigualdades na RMS, buscando identificar as desigualdades de gênero existentes no mercado de trabalho regional e observar em que medida este panorama se aproxima ou se distancia daqueles observados em outros mercados de trabalho.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Gênero; Desigualdades

INTRODUÇÃO

Do ponto de vista da análise marxista, a desigualdade é um fator inerente às sociedades capitalistas, já que estas se encontram estruturadas em classes sociais, e a desigualdade de gênero que se processa no mercado de trabalho, é apenas uma das desigualdades existentes nessas sociedades. Além de articular-se com a divisão de sociedades em classes, as desigualdades de gênero são fruto de concepções historicamente construídas, que vêem a mulher como responsável pelos afazeres domésticos e o homem como provedor das despesas, portanto o membro da família que deveria trabalhar.

A tradição cultural, que define o homem como provedor da família – e portanto, o responsável por trabalhar fora e ganhar o seu sustento – e a mulher como a responsável pelos filhos e pela execução dos serviços domésticos, sempre foi determinante para que proporcionalmente poucas mulheres fossem ao mercado de trabalho procurar um emprego. (DIEESE, 2001, p. 103).

Com as mudanças nos espaços público e privado, a mulher passou a participar da vida pública e inserir-se, inclusive, no mercado de trabalho.

As mudanças que ocorreram nas três últimas décadas levaram a um intenso movimento de homens e mulheres entre as diferentes esferas da atividade

* Acadêmica do Curso de Serviço Social/UCSal e bolsista de iniciação científica (bolsa UCSAL) do Núcleo de Estudos do Trabalho – NET: albacn@ucsal.br. Orientadora: Ângela Maria Carvalho Borges, Professora Doutora do Curso de Serviço Social e Coordenadora do Núcleo de Estudos do Trabalho – NET (UCSal).

** Acadêmicas do Curso de Serviço Social/UCSal e bolsistas de iniciação científica (bolsa FAPESB) do Núcleo de Estudos do Trabalho – NET: carolinerc@ucsal.br, taiscf@ucsal.br.



econômica. Entretanto, isso pode expressar situações de desigualdade no acesso ao trabalho, indicando, desse modo, a importância das relações de gênero que permitem interpretá-las no âmbito das relações de poder. (BORGES e GUIMARÃES in ROCHA, 2000, p.112).

Em nível mundial, o processo de emancipação feminina no século XX foi marcado, sobretudo, por dois fatores centrais: o primeiro, a necessidade que as mulheres tiveram de compor a renda familiar, devido às mudanças que alteraram a dinâmica do funcionamento do mercado de trabalho, resultando em desemprego e na redução dos rendimentos dos chefes de família; o segundo, o movimento feminista que, na década de 60, se revitalizou com a entrada das mulheres casadas, tendo como uma de suas principais reivindicações a abertura de espaços profissionais, como pontuou Hobsbawn,

[...]. A entrada em massa de mulheres casadas – ou seja, em grande parte mães – no mercado de trabalho e a sensacional expansão da educação superior formaram o pano de fundo, pelo menos nos países ocidentais típicos, para o importante reflorescimento dos movimentos feministas a partir da década de 1960. (HOBSBAWM, 1995, p. 305).

Além disso, as inovações tecnológicas e a adoção de processos produtivos e de relações de trabalho mais flexíveis facilitaram a inserção feminina em ambientes tidos como essencialmente masculinos, embora essa inserção tenha se processado de forma desigual e discriminatória, pois, como afirma Hirata, “o quadro geral continua sendo de uma flagrante injustiça se compararmos os salários, as condições de trabalho e de emprego das mulheres em todo o mundo aos níveis de escolaridade, formação e qualificação que elas adquiriram nos anos recentes” (HIRATA, 1998, p. 20-21).

Os últimos anos foram marcados por mudanças propulsoras de uma “nova era” no mercado de trabalho mundial e brasileiro, a era da reestruturação produtiva, que vai configurar uma fase do capitalismo marcada pelos altos índices de desemprego, pela queda dos rendimentos, pela precarização dos postos de trabalho, pelo surgimento das redes de subcontratação e, principalmente, pela redução do número de empregos formais, jogando, assim, muitos trabalhadores no mercado informal. Hirata (1998, p.18-19) pontua esta questão quando compara o comportamento das mulheres no mercado de trabalho no Brasil e na Europa:

[...] Um primeiro ponto de convergência é incontestavelmente o aumento da atividade feminina nos últimos trinta anos. [...] Um segundo ponto de convergência é a similaridade na relação entre taxas de desemprego masculina e feminina. [...] Um terceiro ponto de convergência é o fato de que a precariedade e a vulnerabilidade no emprego são maiores no grupo das mulheres que no dos homens. (HIRATA, 1998, p.18-19).

No caso do mercado de trabalho da RMS, uma análise do seu comportamento, nos anos 90, feita por Borges (2003, p.59), revela que, neste período, a quase estagnação do estoque de vagas do núcleo do mercado de trabalho e a degradação de grande parte dos empregos aí existentes não puderam ser compensadas pela multiplicação de postos de trabalho precários (no informal), nem por uma expansão virtuosa do trabalho autônomo e dos pequenos negócios, gerando, conseqüentemente, a explosão das taxas de desemprego.



Neste estudo, propõe-se analisar as desigualdades de gênero que se expressam no mercado de trabalho regional e mostrar como elas se aproximam das tendências já observadas por outros autores em outras regiões do país e, mesmo, em outros países.

Para tanto serão utilizados os dados da PNAD, que permitem ponderar uma miríade de aspectos relevantes para este assunto. Cabe mencionar que a presente análise é parte de um estudo mais amplo, acerca das desigualdades supracitadas.

COMPOSIÇÃO DA PEA, PIA E AS TAXAS DE ATIVIDADE

De acordo com o IBGE, em 2002, a população em idade ativa da RMS era de, aproximadamente, 2,6 milhões de pessoas e destas, 54% eram mulheres.

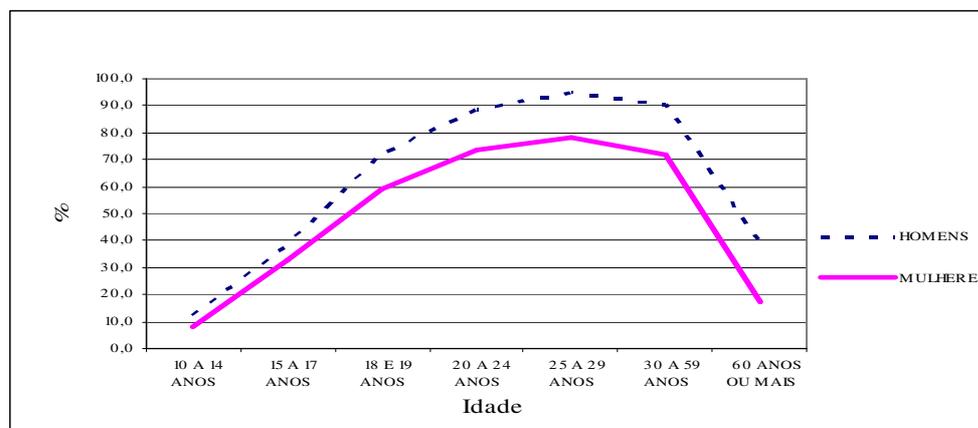
Tabela 1 – PIA, PEA e PNeA, segundo o sexo, RMS, 2002

	Total	Homens	Mulheres
PIA	2.596.340	46%	54%
PEA	1.674.319	52%	48%
PNeA	921.206	36%	64%

Fonte: IBGE/PNAD-2002

A Tabela 1 mostra, no entanto, que, apesar de serem as mulheres a maioria na População em Idade Ativa – PIA, elas ainda são minoria na População Economicamente Ativa – PEA, constituída pelas pessoas que desenvolveram ou procuraram estar inseridas em algum tipo de atividade econômica nos últimos 12 meses¹. Ou seja, mesmo após as mudanças ocorridas nas últimas décadas, os homens continuam sendo majoritários na PEA, enquanto as mulheres, no ano de referência, representavam 64% da população não economicamente ativa – PNeA, formada pelas pessoas que não desenvolvem atividades consideradas produtivas. A composição por gênero da PIA, da PEA e da PNeA já anuncia a desigualdade de gênero existente no mercado de trabalho da RMS, em 2002. Outro indicador que destaca as diferenças de gênero no que tange à inserção no mercado de trabalho é a taxa de atividade (Gráfico 1).

¹ Os dados aqui utilizados já refletem a ampliação do conceito de atividade pelo IBGE que, a partir das PNAD dos anos 90, considera como trabalho em atividade econômica a ocupação remunerada em dinheiro ou em benefício: ocupação não remunerada, como a de auxílio a um outro membro da família que trabalha como empregado na produção de bens primários, conta própria ou empregador, o trabalho não remunerado de cunho voluntário, ou o aprendiz e estagiário. O IBGE considera ainda como ocupação o empregador que trabalha, explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado, a ocupação na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso. Como observou (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2003, p. 325), essa ampliação de conceito permitiu que vários trabalhadores, mas, sobretudo, trabalhadoras, que eram considerados inativos, fossem computados na PEA, passando a aparecer nos indicadores de trabalho.

**Gráfico 1 – Taxa de atividade por idade e sexo, RMS, 2002**

Fonte: IBGE/ PNAD, 2002

Segundo as estatísticas utilizadas, a taxa de atividade feminina no mercado de trabalho da RMS, ficou em torno de 57%, em 2002; são mulheres que estavam disponíveis para exercer alguma atividade econômica, isto é, estavam ocupadas ou procuravam um trabalho. Em se tratando da taxa de participação masculina, esta ficou em torno de 72%.

Ainda em 2002, a inatividade entre as mulheres era superior à dos homens em todas as idades, haja vista que, em nenhuma faixa etária, a taxa de atividade feminina ultrapassou a masculina. As taxas de atividade específicas por idade e gênero mostram ainda que, entre os 30 e 59 anos, categoria mais expressiva na PEA, a taxa de atividade masculina era de 90,4%, enquanto a taxa feminina correspondia a apenas 71,6%. Apesar dessa diferença entre os sexos, quanto à inserção no mercado de trabalho, percebe-se a permanência das mulheres no mercado de trabalho numa fase da vida na qual, décadas atrás, elas estavam destinadas, exclusivamente, à criação dos filhos. De acordo com Hobsbawm (1995, p.307), nesse cenário, as mulheres carregam o duplo fardo de assumir as antigas responsabilidades domésticas e as novas responsabilidades no emprego.

Observando agora a composição da PEA, segundo os anos de estudo (Tabela 2), vê-se que, mesmo nos casos das mulheres que buscaram se qualificar para competir de maneira igualitária com os homens, a participação delas entre os economicamente ativos continuou ser inferior à deles.

Tabela 2 – Composição da PEA, segundo anos de estudo, RMS – 2002

Anos de estudo	Homens	Mulheres
0 a 1 ano de estudo	5,6	5,0
1 a 3 anos de estudo	10,2	8,5
4 a 7 anos de estudo	28,7	21,6
8 a 10 anos de estudo	19,4	19,6
11 a 14 anos de estudo	28,6	36,2
15 ou mais	7,0	8,6
Sem declaração	0,5	0,5
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNAD, 2002



No conjunto da PEA, verifica-se que, em 2002, eram reduzidas as chances de inserção dos indivíduos com pouca instrução. No entanto averigua-se que a população masculina tem mais chances de adentrar no mercado nestas condições, já que, do total de homens economicamente ativos em 2002, 44,5% tinham, no máximo, sete anos de estudo contra apenas 35,1% do total das mulheres na mesma situação.

Desse modo, nas classes de anos de estudo igual ou superior ao Ensino Fundamental (oito anos de estudo), o percentual das mulheres supera o dos homens, sendo a diferença mais visível a partir dos 11 anos de estudo (Ensino Médio ou mais) onde se encontram 44,8% das mulheres ativas enquanto entre os homens este percentual cai para 35,6%.

O maior contingente de homens economicamente ativos era formado pelos que tinham entre 4 a 7 anos de estudo (28,7%) enquanto, entre as mulheres, a classe mais numerosa (36,2%) era a formada pelas que iniciaram e concluíram o Ensino Médio (11 a 14 anos de estudo), fato que mostra que as mulheres têm buscado uma maior qualificação, para pleitear um lugar no mercado de trabalho contemporâneo, o qual, reestruturado, vem preferindo trabalhadores com níveis mais elevados de escolaridade e de qualificação.

OCUPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO

As taxas de atividade revelam que, em pleno século XXI, ainda vigoram traços culturais difundidos desde os primórdios da sociedade e insistem em fazer com que a mulher permaneça com o *status* de submissa ao homem. Porém elas também mostram que as mulheres têm procurado romper com essa concepção que as destinava como “donas de casa”, em razão tanto da necessidade de complementar ou prover a renda familiar, como da busca da emancipação e realização pessoal, através de uma profissão. Ainda assim, têm encontrado uma série de dificuldades, para adentrar e permanecer no mercado de trabalho, concorrendo de forma igualitária para com os homens. A quantidade de mulheres desempregadas expressa um pouco destas dificuldades.

Tabela 3 – Taxa de desocupação, por grupo de idade e sexo, RMS, 2002

Faixa etária	Homens	Mulheres
Total	15,8	23,1
10 a 14 anos	23,2	22,6
15 a 17 anos	40,9	53,8
18 e 19 anos	41,3	54,1
20 a 24 anos	23,7	36,0
25 a 29 anos	12,6	21,9
30 a 59 anos	9,6	15,0
60 anos ou +	9,3	3,5

Fonte: IBGE/ PNAD, 2002

No ano de 2002, a taxa de desocupação masculina da RMS ficou em 15,8%. Em contrapartida, a taxa feminina foi de aproximadamente 23%. De acordo com a Tabela 3, com exceção das crianças com idades entre 10 e 14 anos e das pessoas com 60 anos ou mais, em todas as faixas etárias a taxa de desocupação feminina supera a masculina, sendo os dados mais alarmantes as taxas de desemprego dos jovens com 18 e 19 anos: neste grupo etário que, para a maioria, caracteriza-se como o início da “idade de trabalhar”, mesmo a elevadíssima taxa de desemprego dos homens - 41,3% - é superada pela das mulheres - 54,1%.

Essa desigualdade frente ao desemprego parece, portanto, negar a premissa difundida no mercado de trabalho contemporâneo, segundo a qual a escolaridade e a qualificação garantem a inserção dos indivíduos no mercado, pois as mulheres, apesar da escolaridade superior à dos homens, estão mais expostas do que eles ao desemprego.

Perfil dos ocupados da RMS, segundo o gênero

A proporção de homens que se encontram no mercado de trabalho na condição de ocupados e estudaram até o ensino fundamental é superior à de mulheres, mas, tal como observado na PEA, também entre os ocupados, a partir do Ensino Médio, as mulheres apresentam proporções mais elevadas.

Assim, segundo a PNAD, em 2002, do total de mulheres que se encontravam ocupadas, na RMS, nada menos que 48,1% tinham de 11 a 15 ou mais anos de estudo, enquanto para os homens este percentual era de 37,6%. Bruschini e Lombardi (2003, p. 355) chegaram a esta mesma conclusão, mas alertam que ocorre uma “guetização”, ou seja, as mulheres priorizam os estudos, principalmente os técnicos, profissionalizantes e universitários, onde possam desenvolver atividades concordantes com aquelas antes desenvolvidas no ambiente doméstico, as quais, geralmente, não são valorizadas por serem marcadas pela questão de gênero.

[...], a escolaridade feminina ultrapassa a masculina a partir do ensino médio; as jovens concluem os cursos técnicos profissionalizantes, assim como o ensino médio, em maior número que os rapazes. [...]. Contudo, as moças concentram-se em algumas áreas do conhecimento – artes, humanas, biológicas e saúde – em que pesem algumas outras aberturas. Ora, essa “guetização”, que pode ser constatada também no ensino técnico e profissionalizante, as qualifica para ocupar os chamados guetos profissionais femininos no mercado de trabalho, ocupações com elevado contingente de mulheres que, devido a essa característica de gênero, detêm menor prestígio e níveis mais baixos de remuneração. (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2003: 355).

Tabela 4 – Grupos de anos de estudos das pessoas ocupadas, segundo o sexo – RMS, 2002

	Total	Homens	Mulheres
S/instrução/< 1ano	5,7	6,0	5,2
1 a 3 anos.....	9,5	10,0	8,8
4 a 7 anos.....	24,7	28,0	20,7
8 a 10 anos.....	17,4	17,9	16,7
11 a 14 anos.....	33,2	29,7	37,4
15 anos ou mais..	9,2	8,0	10,7
Sem declaração	0,4	0,4	0,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNAD, 2002

Ou seja, as mulheres têm procurado responder às exigências da conjuntura atual, qualificando-se em busca de uma colocação no restrito mercado de trabalho, contudo os dados comprovam que a inserção feminina, neste cenário, dá-se em setores e em grupos ocupacionais culturalmente constituídos como espaços femininos (Tabelas 5 e 6).

Setores de atividade e grupos ocupacionais

Tabela 5 – Ocupados por Setor de atividade, segundo o sexo – RMS, 2002

SETORES DE ATIVIDADE	HOMENS	MULHERES
TOTAL	100	100
Agrícola	2,2	2,0
Indústria	12,3	8,3
Indústria de transformação	11,3	8,1
Construção	15,5	0,9
Comércio e reparação	23,2	18,2
Alojamento e alimentação	5,6	8,4
Transporte, armazenagem e comunicação	9,6	1,8
Administração pública	5,4	5,0
Educação, saúde e serviços sociais	5,6	20,0
Serviços domésticos	1,5	20,2
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,5	7,6
Outras atividades	13,0	7,5
Atividades mal definidas ou não declaradas	1,6	0,2

Fonte: IBGE/ PNAD, 2002

A Tabela 5 evidencia essa condição, sinalizada por boa parte de autores que analisam a configuração do mercado de trabalho brasileiro: trata-se do elevado percentual de mulheres que se encontram no mercado de trabalho em postos considerados femininos, onde as tarefas desenvolvidas assemelham-se aos afazeres domésticos. De acordo com esses dados, 40,2% das mulheres consideradas ocupadas estão nas seguintes atividades: os serviços ligados à educação, saúde, serviços sociais e os serviços domésticos, enquanto, entre os homens, esse percentual despensa para 7,1%. Nota-se também que a participação das mulheres ocorreu, em grande medida, em postos de trabalho vulneráveis, com relações empregatícias e condições de trabalho mais frágeis e precárias, como é o caso das trabalhadoras domésticas, o que reitera a existência da discriminação entre os gêneros no universo de trabalho.

Os dados da PNAD de 2002 permitem identificar também os “guetos” profissionais masculinos, formados pelas atividades realizadas na indústria, na construção e nas atividades de transporte, armazenagem e comunicação. Nelas estão inseridos 37,4% dos homens, contra 11,0% das mulheres. Tais atividades estão igualmente impregnadas pelas questões de gênero, pois, nelas, até mesmo os empregadores dão preferência a um sexo ou a outro, como se ambos não pudessem desenvolver as tarefas existentes.

Esse fenômeno é comprovado também pelos dados da Tabela 6, que mostram que a maior concentração feminina ocorre no agrupamento ocupacional dos *Trabalhadores dos Serviços* (36,6%), enquanto apenas 19,6% dos homens estavam inseridos no mesmo agrupamento. Eles, por sua vez, concentram-se no agrupamento dos *Trabalhadores na produção de bens e serviços e de reparação e manutenção* (36,1%), onde são encontradas apenas 6,2% das mulheres.

Tabela 6 – Distribuição dos ocupados nos grupamentos ocupacionais, segundo o sexo – RMS, 2002

AGRUPAMENTOS OCUPACIONAIS	Homens	Mulheres
Dirigentes em geral	5,9	4,9
Profissionais das ciências e das artes	5,7	9,0
Técnicos de nível médio	9,0	11,1
Trabalhadores de serviços administrativos	7,5	14,5
Trabalhadores dos serviços	19,6	36,6
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	12,4	15,1
Trabalhadores agrícolas	2,1	1,9
Trab. produção de bens e serv. e de reparação e manutenção	36,1	6,2
Membros das forças armadas e auxiliares	1,1	0,1
Ocupações mal definidas ou não declaradas	0,6	0,5
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNAD, 2002

Posição na ocupação

Tabela 7 – Posição na ocupação, por cada mil ocupados, segundo o sexo – RMS, 2002

	Total	Homens	Mulheres
TOTAL DE OCUPADOS	1000	1000	1000
Empregados	579	635	511
Com carteira de trabalho assinada	345	394	286
Militares e func.públicos estatutários	66	52	84
Outros	167	189	142
Trabalhadores domésticos	100	15	202
Conta própria	244	268	216
Empregadores	39	48	29
Trab. na subsistência	11	11	11
Trab.produção p/próprio consumo	7	5	10
Trab.construção p/próprio uso	4	6	1
Não remunerados	27	22	32

Fonte: IBGE/PNAD, 2002

Tanto para os homens como para as mulheres, a forma mais importante de inserção no mercado de trabalho metropolitano é na condição de *Empregado*. Nesta posição, encontram-se: trabalhadores que têm um emprego, com ou sem carteira assinada, funcionários públicos estatutários e militares, além de sacerdotes, ministro de igreja e outros clérigos. Pode-se dizer que os *Empregados com Carteira Assinada* e os *Funcionários Públicos e Militares* formam a maioria dos “privilegiados” do mercado de trabalho atual, encontrando-se em uma condição mais favorável do que os *Outros Empregados* (cujos contratos de trabalho são precários), os *Trabalhadores Domésticos* e a maioria dos *Conta Própria* porque, ao contrário deles, possuem alguma estabilidade e uma proteção legal no emprego.

Na posição de *Empregados com Carteira Assinada* (celetistas), eram encontrados, em 2002, 635 em cada mil homens ocupados na RMS enquanto, entre as mulheres, apenas 511 em cada mil ocupadas encontravam-se nessa posição. Deve ser observado, porém, que a posição mais protegida do mercado de trabalho – *Funcionários Públicos e Militares*, beneficiados pela estabilidade no emprego – constitui-se numa forma de inserção mais importante para as mulheres

do que para os homens, pois aí se encontravam 84 em cada mil ocupadas contra apenas 52 em cada mil homens.

A posição que apresenta a maior desigualdade entre os gêneros é a dos *Trabalhadores Domésticos*: nada menos que 202, em cada mil mulheres ocupadas, contra apenas 15, em cada mil homens, configurando assim o maior – e, também, o mais precário – espaço predominantemente feminino do mercado de trabalho regional. Isso não é estranho, pois o trabalho doméstico foi culturalmente constituído como um espaço feminino, segundo Bruschini (2003, p.354), um “gueto” onde predominam as mulheres e poucos são os homens que se inserem neste tipo de atividade, revelando que aí o fator preconceito é muito influente.

Finalmente, chama a atenção a importância maior para os homens do que para as mulheres das posições de Conta Própria e de Empregadores, onde eram encontrados, respectivamente, 268 e 48 homens em cada mil e 216 e 29 mulheres em cada mil. Estes números revelam outra faceta das desigualdades de gênero no mercado de trabalho regional: os homens encontram maiores oportunidades de trabalho autônomo do que as mulheres, as quais acabam se inserindo mais de forma subordinada (isto é, num emprego, de qualquer tipo). Particularmente, no caso da posição de *Empregador*, a predominância masculina revela como as desigualdades no mercado de trabalho contribuem para a reprodução das desigualdades na sociedade.

Desigualdades de Rendimentos

Tabela 8 – Rendimento médio dos ocupados, segundo a posição na ocupação e gênero – RMS, 2002

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	(em R\$)	
	HOMENS	MULHERES
TOTAL	687	456
EMPREGADOS	622	553
Com carteira de trabalho assinada	665	560
Militares e funcionários públicos estatutários	1240	886
Outros Empregados	366	335
TRABALHADORES DOMÉSTICOS	239	169
CONTA-PRÓPRIA	499	298
EMPREGADORES	2812	1968

Fonte: IBGE/PNAD, 2002

O rendimento médio mensal dos ocupados da Região Metropolitana de Salvador é, de maneira geral, muito baixo. Segundo a PNAD, em 2002, ele era de R\$ 582,40. Os homens ocupados alcançavam um rendimento médio mensal de R\$ 687,00 enquanto as mulheres ganhavam, em média, R\$ 456,00.

Como mostram os dados da Tabela 8, os rendimentos dos homens são, ainda hoje, superiores aos das mulheres em todas as posições do mercado de trabalho, sendo que a diferença mais exorbitante ocorre entre os trabalhadores por Conta Própria, posição onde o rendimento médio real das mulheres equivale a apenas 60% do rendimento médio masculino.

**Tabela 9 – Distribuição dos ocupados por classes de rendimento em salários mínimos segundo o gênero, RMS, 2002**

	Homens	Mulheres
Rendimento mensal		
Total de Ocupados		
Até 1/2 salário mínimo	9,4	16,7
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	18,6	28,9
Até 1 salário mínimo	27,9	45,6
Mais de 1 a 2 salários mínimos	30,3	23,8
Mais de 2 a 3 salários mínimos	13,2	8,2
Mais de 3 a 5 salários mínimos	10,3	7,7
Mais de 5 a 10 salários mínimos	7,0	5,4
Mais de 10 a 20 salários mínimos	3,4	2,6
Mais de 20 salários mínimos	2,5	1,0
Sem rendimento (1)	3,4	4,4

Fonte: IBGE/PNAD, 2002

A Tabela 9, que mostra como os homens e as mulheres ocupados estão distribuídos por classes de rendimento, revela que metade das mulheres ocupadas da RMS encontra-se na classe dos *Sem Rendimentos* e na dos que ganham *Até 1 salário mínimo*, enquanto apenas 31,4% dos ocupados do sexo masculino estão situados nestas classes mais baixas de rendimento mensal. Essas são as únicas classes de rendimento em que as mulheres são majoritárias, pois, a partir da classe *Mais de 1 a 2 salários mínimos* de rendimento mensal, são os homens que lideram, sendo isso mais marcante na classe dos que ganham de 20 salários mínimos em diante, onde se encontram 2,5% dos homens e apenas 1,0% das mulheres.

Teoricamente, esses rendimentos tenderiam a se equiparar no momento em que as mulheres procurassem uma qualificação para disputar por postos de trabalho, de maneira igualitária, com os homens. No entanto, na prática, isto não vem ocorrendo, uma vez que elas, como visto, têm mais anos de estudo do que eles; no entanto permanecem com rendimentos inferiores, como está demonstrado na Tabela 10, cujos dados servem para comparações mais detalhadas acerca do rendimento mensal, em salários mínimos, de homens e mulheres com um mesmo nível de escolaridade.

Tabela 10 – Ocupados por grupo de anos de estudo, segundo o sexo e as classes de rendimento mensal, RMS, 2002

	Total	S/instrução/<1ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não determinados e sem declaração
Homens								
Até 1/2 salário mínimo	9,4	18,4	19,3	13,9	9,1	2,6	0	6,2
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	18,6	33,6	27,3	24,8	20,2	9,9	2,1	37,5
Mais de 1 a 2 salários mínimos	30,3	30,9	30	35,2	38,4	27,9	4,1	31,2
Mais de 2 a 3 salários mínimos	13,2	6	9,6	11,7	13,7	19,2	5,9	6,2
Mais de 3 a 5 salários mínimos	10,3	1,8	4,7	6,6	10,3	17	12,1	0
Mais de 5 a 10 salários mínimos	7	1,8	1,4	1,7	2,6	13,4	23,1	6,3
Mais de 10 a 20 salários mínimos	3,4	0	0,3	0,6	0,6	4,4	22,1	0
Mais de 20 salários mínimos	2,5	0	0	0,4	0,3	1,1	25,5	0
Sem rendimento (1)	3,4	6	6,3	3,8	3,4	2,2	0,7	6,3
Mulheres								
Até 1/2 salário mínimo	16,7	32,3	29,7	28,4	20,5	7,7	0,3	25,5
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	28,9	44,3	45,1	40,1	41,9	18,6	1,6	41,7
Mais de 1 a 2 salários mínimos	23,8	13,3	15,4	18,8	23,9	35,7	3,7	25
Mais de 2 a 3 salários mínimos	8,2	0,6	2,3	3,7	4	14,2	11,8	0
Mais de 3 a 5 salários mínimos	7,7	2,5	0,8	0,6	3,2	12	22,1	0
Mais de 5 a 10 salários mínimos	5,4	0	0,4	0,3	0,4	5,5	29,9	0
Mais de 10 a 20 salários mínimos	2,6	0	0	0,3	0,2	1,3	18,7	0
Mais de 20 salários mínimos	1	0	0	0	0	0,3	8,1	0
Sem rendimento (1)	4,4	6,3	6	6,6	5,2	3,2	0,9	8,3

Fonte: IBGE/PNAD, 2002

Entre as mulheres ocupadas, *Sem instrução ou com menos de um ano de estudo*, 76,6% recebem até um salário mínimo mensal, enquanto, entre os homens, este percentual cai para 52%. Estes percentuais ressaltam a pobreza do mercado de trabalho aqui estudado, e a diferença entre eles demonstra que, mesmo em postos de trabalho onde não é exigido grau de instrução, as mulheres ganham menos que os homens. Este fato se reproduz no outro extremo da escala de rendimentos: do total de mulheres que possuem 15 anos ou mais de estudo – correspondente ao nível universitário -, 57,6% ganham mais de cinco salários mínimos, enquanto, entre os homens, 70,7% encontram-se nesse patamar de remuneração. Finalmente, na classe de rendimento mais elevada (mais de 20 salários mínimos), encontram-se 25,5% dos homens com nível superior e apenas 8,1% das mulheres com a mesma escolaridade. Vê-se, portanto, que, embora a escolaridade elevada não seja sinônimo de inserção profissional, nem para homens nem para as mulheres, a entrada no mercado de trabalho com uma remuneração expressiva, em virtude da qualificação, é facilitada mais aos homens que as mulheres.

CONCLUSÃO

O presente estudo mostra que ainda são marcantes as desigualdades de gênero, no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, e podem ser visualizadas a partir de um conjunto de indicadores, os quais servem também para evidenciar que fatores culturais estão na base dessas desigualdades que continuam atuando na contemporaneidade.

Os dados analisados mostram que vêm ocorrendo na RMS fenômenos observados em outras regiões do país, ou mesmo em outros países e já estudados por outros autores. Assim, algumas transformações provocadas pela atual reestruturação produtiva – como a expansão da ocupação no Terciário e, sobretudo, nos serviços sociais - facilitaram a incorporação de mulheres nas atividades ditas economicamente produtivas, mas são elas que ocupam a maior parte dos

postos de trabalho que exigem menores qualificações – como é o caso do emprego doméstico – apesar de elas serem, hoje, mais escolarizadas que os homens. São eles que ganham mais, ainda que elas desenvolvam a mesma atividade ou tenham a mesma escolaridade.

Os dados revelam também que, assim como em outros lugares, na RMS, apesar da desigualdade e da discriminação, a mulher tem conseguido ampliar a sua presença no mercado de trabalho, fazendo com que este espaço não fique restrito ao gênero masculino. De forma gradativa, as mulheres vão rompendo barreiras e conquistando novos espaços, no entanto as vantagens encontradas pelos homens, no que concerne às condições da sua inserção no mercado de trabalho, são evidentes e, como mostra a distância entre os indicadores masculinos e femininos de rendimentos, estão longe de terem um fim.

Como as desigualdades de gênero se sobrepõem a traços estruturais extremamente negativos do Mercado de Trabalho regional, ou seja, as desvantagens das mulheres se sobrepõem às desvantagens que já atingem a maioria dos trabalhadores da região, sejam homens ou mulheres, conclui-se que elas estão expostas a uma maior precariedade num contexto onde a precariedade já é um traço estrutural.

Ainda assim, é necessário que existam ações afirmativas que promulguem a inserção feminina no mercado de trabalho e façam valer os estabelecidos na legislação, inclusive na Constituição Federal de 1988, que reitera a igualdade de todos perante a lei e faça do mercado de trabalho um espaço acessível a homens e mulheres, de forma igualitária, independente dos tipos de atividade em que estes se insiram.

REFERÊNCIAS

BORGES, Ângela e GUIMARÃES, Iracema Brandão. A mulher e o mercado de trabalho nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de Salvador. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (org). **Trabalho e Gênero: Mudanças, permanências e Desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. São Paulo: Ed. 34, 2002. p.111-138

BORGES, A. A desestruturação do mercado de trabalho de uma metrópole periférica. In: **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 208, p. 43-61, nov/dez, 2003

BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, M e HIRATA, H. **A nova fronteira das desigualdades**. São Paulo: Ed. Senac, 2003. p. 323-367

DIEESE. As mulheres no mercado de trabalho. In: **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001. p. 103-126

HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995

MARUANI, M e HIRATA, H (org). **As novas fronteiras das desigualdades: homens e mulheres no mercado de trabalho**, São Paulo, Ed. SENAC, 2003, p. 14-20